FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

TÂNIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA

LICITAÇÃO: MODALIDADE PREGÃO

TÂNIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA

LICITAÇÃO: MODALIDADE PREGÃO

Projeto de Pesquisa apresentado à
Fundação Getulio Vargas, como requisito
parcial para a aprovação na disciplina
Introdução ao Trabalho Científico do
Curso de Pós-Graduação em
Administração Pública

JOINVILLE

2009

Sumário

1	INTRODUÇÃO	04
1.1	Contextualização	04
1.2	Objetivos	05
1.3	Relevância do Estudo	05
2	REFERENCIAL TEÓRICO	06
2.1	Licitação	06
2.2	Modalidades de Licitação	09
2.3	Pregão	10
2.4	Fase Interna do Pregão	12
2.5	Fase Externa do Pregão	14
2.6	Pregão Presencial	16
2.7	Pregão Eletrônico	17
2.8	Pregoeiro e equipe de apoio	19
2.9	Vantagens do pregão presencial e pregão eletrônico	21
2.10	Desvantagens do pregão presencial e pregão eletrônico	22
	Referências Bibliográficas	23

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Conforme a Constituição de 1988, artigo 37, inciso XXI, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados e municípios deverá adquirir bens e serviços mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. De acordo com o objeto a ser licitado, deve ser apontada a modalidade de licitação a serem aplicada, levando-se em conta o objeto, valor envolvido, mercado de licitantes. Para tanto, temos à disposição as seguintes modalidades licitatórias: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão e Pregão.

O pregão foi criado em agosto de 2000 e transformado em lei no mês de julho de 2002, pela lei nº10.520 e utilizado inicialmente no âmbito federal, teve sua estréia na ANATEL, o que comprovou seu sucesso e motivou a adesão por outros órgãos do governo.

O pregão é a modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em Sessão Pública, poderá ser realizado também o pregão eletrônico por meio da utilização de recursos tecnológicos.

Sendo o pregão a mais recente das modalidades sua aplicação tem sido objeto de muitos questionamentos como: Quais as vantagens e desvantagens do Pregão como modalidade de licitação na gestão de compras no setor público?

1.2 Objetivos

1.2.2 Objetivo Final

Identificar as vantagens e desvantagens do Pregão como modalidade de licitação na gestão de compras no setor público.

1.2.3 Objetivos Intermediários

- Expor os princípios da Lei de Licitação
- Expor quais as modalidades de licitação existentes;
- Expor a finalidade e abrangência da Modalidade de Licitação denominada Pregão;
- Expor os procedimentos do Pregão Presencial e Pregão Eletrônico;
- Expor as fases do Pregão;
- Apontar as funções do pregoeiro e equipe de apoio;
- Apontar as vantagens do Pregão Presencial e Pregão Eletrônico;
- Apontar as desvantagens do Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

1.3 Relevância do Estudo

A modernização dos processos é de extrema importância para o Setor Público com a aplicação de novas modalidades de adquirir e de administrar, buscando assim cumprir com as novas exigências do mundo moderno. Nas organizações públicas, o foco é a transparência das relações e o emprego dos recursos para a satisfação da sociedade. Para tanto, deverão ser preservados valores que garantam a eficiência e a eficácia dos bens públicos da sociedade.

Baseados nestes conceitos espera-se com este trabalho contribuir na busca de conhecimentos relacionados a modalidade de aquisição denominada Pregão, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Joinville, visando a prática de maneira correta, evitando erros que podem ocorrer pela falta de conhecimentos e experiência nesta área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Licitação

Licitação é o conjunto de procedimentos administrativos, legalmente estabelecidos, em que a administração Pública convoca, através do edital ou convite a fim de selecionar, empresas interessadas, quem entre elas oferece melhores condições e propostas para aquisição, alienação de bens e serviços e realização de obras. No Brasil a licitação é obrigatória, ela tem o objetivo de garantir a observância do princípio constitucional, de maneira a assegurar oportunidades iguais a todos os interessados, possibilitando o comparecimento de o maior número possível de concorrentes.

Determina o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal que:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Em concordância com o texto constitucional, art. 2º da Lei 8.666/93 determina que “as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses prevista nesta Lei”.

Como qualquer procedimento administrativo, aqueles relacionados com as licitações devem observar princípios constitucionais, os quais devidos a sua importância, encontramos alguns deles no artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/02, dentre eles estão: legalidade, publicidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e levando-se em conta a Lei do Pregão, podemos ainda incluir, finalidade, celeridade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade.

Os princípios na definição de Andrade (2008), são assim descritos:

a) Princípios Básicos oriundos da Constituição Federal e da Lei nº 8.666/93:

- Legalidade: todo o procedimento licitatório deve seguir parâmetros previamente estabelecidos pela lei, sem a qual quem trabalha com compras municipais não tem como dar prosseguimento ou até mesmo iniciar qualquer procedimento licitatório sem seguir a lei.

- **Publicidade:** transparência do processo licitatório em todas as suas fases, tornar do conhecimento da população, exatamente para que possa exercer o pleno controle da moralidade da contratação.
 - **Igualdade:** todos têm direito a serem tratados da mesma forma e sem qualquer restrição.
 - **Impessoalidade:** o interesse público está acima dos interesses pessoais. Será dispensado a todos os interessados tratamento igual, sem a interferência de questões pessoais ligadas a vínculos de foro interno.
 - **Moralidade:** a licitação deverá ser realizada em estrito cumprimento dos princípios morais, de acordo com a Lei, não cabendo nenhum deslize, uma vez que o Estado é custeado pelo cidadão que paga seus impostos para receber em troca os serviços públicos.
 - **Probidade Administrativa:** o gestor deve ser honesto em cumprir todos os deveres que lhe são atribuídos por força da legislação.
 - **Vinculação ao instrumento convocatório:** a Administração, bem como os licitantes, ficam obrigados a cumprir os termos do edital em todas as fases do processo: documentação, propostas, julgamento e ao contrato. Existem exigências que apesar de não estarem previstas em Lei, pode perfeitamente ser cobradas nos editais de licitação a fim de dar uma garantia maior ao órgão público.
 - **Julgamento objetivo:** pedidos da Administração em confronto com o ofertado pelos participantes devem ser analisados de acordo com o que está estabelecidos no Edital, considerando o interesse do serviço público e os fatores de qualidade, rendimento, durabilidade, preço, eficiência, financiamento e prazo. Todas as normas tem que estar previamente definidas no edital e nas leis que regem o certame.
 - **Eficiência:** princípio trazido com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, onde vem a cobrar dos gestores públicos maior eficiência na aplicação das verbas que são confiadas a sua administração através dos tributos pagos pela sociedade.
- b) **Princípios Correlatos,** trazidos pela Lei nº 10.520/02:
- **Celeridade:** quando optarmos pela modalidade de pregão, este princípio fica mais acentuado, pois os prazos são bem menores do que aqueles existentes para a

concorrência. Celeridade na publicação dos editais, bem como na apreciação de eventuais recursos durante o certame.

- Finalidade: o fim maior do Administrador Público é a aplicação das verbas oriundas dos tributos da melhor forma possível, sempre procurando dar maior transparência e economia na aplicação das verbas disponibilizadas.
- Razoabilidade: no processo licitatório devemos buscar atender este princípio com a maior atenção possível, sempre buscando aplicar as verbas públicas de maneira eficaz e compatível com os procedimentos legais colocados à disposição daquele que é responsável pelas compras municipais.
- Proporcionalidade: as regras devem ser observadas sempre buscando o equilíbrio entre o fato e a conduta a ser tomada pelo Administrador quando vier a proferir uma decisão no processo licitatório, a fim de que não se cometam injustiças.
- Competitividade: quando trabalhamos com a modalidade denominada pregão, este princípio fica mais acentuado, onde devidos a regras específicas estabelecidas pela Lei nº 10.520/02, todo o procedimento fica mais competitivo, no sentido de atender tanto o licitante como o órgão responsável pela licitação.
- Justo preço: o equilíbrio aqui é a melhor forma possível de trabalhar com esse princípio. O preço final de aquisição tem que ser bom tanto para quem está vendendo quanto para quem está comprando. A partir o momento em que houver equilíbrio nesta relação, o preço torna-se justo e o procedimento perfeitamente acabado.
- Seletividade: princípio também observado com maior ênfase na modalidade pregão, onde pelos instrumentos trazidos pela lei que disciplina a modalidade, ao final temos a seleção da melhor proposta, tanto em função das propostas apresentadas quanto diante dos lances que são oferecidos.
- Comparação objetiva das propostas: por este princípio, verificamos aqui que não existe margem para subjetividade na hora do julgamento das propostas, onde elas devem ser comparadas estritamente com as regras estipuladas no instrumento convocatório. Faltando esta comparação, o responsável pelo julgamento certamente estará caminhando para cometer alguma falha no procedimento, dando causa à interposição de recursos, sejam eles

administrativos ou judiciais e ao final fazendo com que todo o processo seja revogado ou anulado dependendo da questão que tiver sendo discutida.

2.2 Modalidades de Licitação

De acordo com o objeto a ser licitado, deve ser apontada a modalidade de licitação a ser aplicada, levando-se em conta o objeto, valor envolvido, mercado de licitantes. Para tanto temos, considerando as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.510/02, hoje temos as seguintes modalidades licitatórias, conforme descreve Garcia (2009):

- **Concorrência Pública:** é a modalidade de licitação que podem participar quaisquer interessados, cadastrados ou não, que na fase inicial de habilitação comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de um objeto. Reservada a contratação de grande valor, segundo disposto no art. 23, para obras e serviços de engenharia deve ser adotada obrigatoriamente quando o valor for acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Para as compras e outros serviços no valor acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta reais). Esta modalidade também é utilizada independente do valor para alienação de bem imóvel, concessões e licitações internacionais.
- **Tomada de Preço:** é uma modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou para os que atenderem a todas as condições exigidas, observada a qualificação necessária. Essa modalidade se enquadra para as contratações para obras e serviços de engenharia quando o valor for até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e compras e outros serviços valores até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta reais).
- **Convite:** é uma modalidade de licitação realizada entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) fornecedores pelo ente público, o qual afixará em local próprio a cópia do instrumento convocatório e o remeterá aos fornecedores cadastrados conforme sua especialidade e que manifestarem interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas. É indicada para licitações de menor valor, para obras e serviços de engenharia quando o valor for até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil

reais) para compras e outros serviços quando o valor for até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

- Concurso: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de premiações ou remuneração para os vencedores, baseado em critérios constantes em edital publicado na imprensa oficial na antecedência mínima de 45 dias (quarenta e cinco). Não é definido pelo valor, e sim pela descrição de seu objeto. Vale ressaltar que concurso modalidade de licitação não é o mesmo que concurso público para provimento de cargos e empregos públicos.
- Leilão: é uma modalidade de licitação entre quaisquer interessados com o objetivo de vender bens moveis inservíveis para a Administração, bem como de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou ainda para a alienação de imóveis a quem oferecer o maior lance, sendo este igual ou superior ao da avaliação.
- Pregão: é a modalidade de licitação criada pela Lei 10.520/02 objetivando a aquisição de bens e serviços comuns e que pode ser promovida na esfera da União, Estado, Distrito Federal e Município, em qualquer que seja o valor estimado para a contratação e a disputa para o fornecimento é feita mediante propostas e lances em sessão pública. Essa modalidade será aprofundada na próxima seção, eis que se trata da modalidade que vem sendo mais utilizada em todas as esferas administrativas.

2.3 Pregão

A historia do pregão iniciou em 1997 com a publicação no Diário Oficial da União, por parte do Governo Federal, do anteprojeto para a nova lei que disciplinasse a licitação e o contrato administrativo, com o objetivo de buscar sugestões no meio jurídico, visando o aperfeiçoamento, antes de remeter ao Congresso nacional.

A Lei 8.666/93 em seu § 5º do artigo 42 permite que contratos financiados com recursos internacionais sejam regidos pelos próprios regulamentos, o que abre a opção de poder julgar a licitação antes da fase de habilitação, desta maneira invertendo o procedimento seguido pela lei de licitações brasileira, o que acabou por inspirar a inversão de fases impostas

pela lei 8.666/93; a exemplo também dos concursos públicos no qual inicia pela fase de habilitação.

O anteprojeto do Governo Federal não vingou, porem em paralelo a ANATEL aplicava exclusivamente a modalidade do pregão através da Lei 9.472 de 16 de junho de 1997, o que aliás, regrou em detalhes a nova modalidade de licitação já com suas características conceituais: aquisição de objetos comuns, inversão de procedimento e divisão em duas fases permitindo a renovação dos preços oralmente.

Em 17 de julho de 2002 a Medida Provisória 2182 que sucedeu a Medida Provisória 2026 de 04 de maio de 2000, foi convertida na Lei Federal 10520; com esta conversão de Medida Provisória para Lei acabou a restrição sobre a incidência, e a modalidade de pregão estendeu-se para todo o território nacional na abrangência dos Estados, Municípios e Distrito Federal, se consolidando em todos os níveis da Administração Publica nacional.

Conforme o relato de Silva, Ribeiro e Rodrigues (2002), o pregão foi criado em agosto de 2000 e transformado em lei no mês de julho de 2002, pela Lei nº 10.520 e utilizado inicialmente no ambito federal, teve sua estreia na ANATEL, o que comprovou seu sucesso e motivou a adesão por outros órgãos do governo. Suas principais marcas de sucesso são a redução de 120 para 20 dias em media o prazo de aquisição e pela economia que proporciona, em função da disputa.

Com a utilização do pregão na visão de Tolosa Filho (2009), a redução dos preços pagos pelos bens e serviços, começam pela simplicidade do procedimento, redução dos custos com publicidade, pela celeridade proporcionada pelos prazos mais curtos e pela transparência do julgamento . Com isso tem se observado uma redução nos preços na ordem de 20%, com relação às licitações realizadas através das modalidades tradicionais.

Mas afinal o que é o pregão?

Na definição de Silva, Ribeiro e Rodrigues (2002, p.27):

“O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, pela União, Estados, Distrito federal e Municipios, conforme disposto em regulamento, qualquer que seja o valor estimado da contratação, na qual a disputa pelo fornecimento é feita em sessão publica, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço”.

De acordo com Tolosa Filho (2009), o pregão destina-se à contratação de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, com especificações usuais de mercado conforme estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Não se sujeitam à modalidade pregão como enfatiza Garcia (2009), as contratações de obras e serviços de engenharia, as locações imobiliárias e as alienações em geral e demais serviços cujas especificações dependem de avaliação técnica, porque escapam do conceito “bens e serviços comuns”.

Conforme Garcia (2009), essa modalidade de licitação pode ser utilizada para bens e serviços comuns, independente do valor estimado, diferenciando da licitação tradicional em a escolha da modalidade depende do valor, no pregão o que define a sua escolha é a característica do objeto. A forma de disputa também é diferente na modalidade pregão, é realizada através da proposta escrita, complementada com a possibilidade de ofertas através de lances verbais, pelos representantes legais das empresas licitantes, em sessão pública previamente convocada. Nas modalidades de licitação tradicionais somente se admite a proposta escrita.

Outra característica do pregão, é a inversão das fases da licitação, que no primeiro momento serão abertos os envelopes contendo as propostas comerciais dos licitantes, classificando as três propostas de menor preço, após os lances verbais é classificada a melhor empresa considerada a proposta mais vantajosa para a Administração, em seguida é aberto o envelope da documentação somente da empresa vencedora do certame .

De acordo com Silva, Ribeiro e Rodrigues (2002), o pregão permite ainda o uso das tecnologias eletrônicas para a sua realização, através da internet, qualquer cidadão pode acompanhar o processo licitatório em andamento, seus lances, o vencedor, duração da disputa, dentre outras informações, isto de qualquer lugar do Brasil ou mundo. Isso aumenta a transparência e o controle das compras públicas. Outro ponto a ser destacado é que as compras com o Pregão envolvem um menor numero de servidores e simplificam o processo burocrático nas aquisições de bens e serviços.

2.4 Fase Interna do Pregão

Assim como nas outras modalidades de licitações o pregão também possui a fase preparatória ou interna, que se desenvolve dentro do órgão ou entidade administrativa responsável pelo processo licitatório com a participação da autoridade competente, é o dirigente responsável pela licitação pública e pela celebração do futuro contrato.

As atribuições da autoridade competente são descritas por Andrade (2008): justificar a necessidade da aquisição do bem ou serviço, designar Pregoeiro e equipe de apoio, determinar a abertura do processo licitatório, definir objeto e estimativa de valor em planilhas,

estabelecer os critérios de aceitação das propostas, habilitação, sanções por inadimplemento, decidir recursos contra atos do pregoeiro, impugnações ao edital, homologar o resultado da licitação e determinar a celebração do contrato e aplicação das penalidades.

Segundo Tolosa Filho (2009), o administrador Público no exercício regular de sua competência define, a oportunidade e a conveniência, o objeto a ser contratado e a justificativa da contratação. A definição do objeto deve estar estabelecidos no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, ou seja, bens e serviços comuns. Após a definição do objeto o administrador fixará as exigências de habilitação, também os critérios de aceitação e prazos de validade das propostas, bem como as condições de pagamentos, a forma de execução do contrato, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade.

Na fase interna, definem-se as cláusulas contratuais como: os prazos de entrega do produto ou serviço e do contrato, as sanções administrativas por inadimplemento, advertência, suspensão, o valor das multas em percentual por atraso de entrega ou no descumprimento das cláusulas contratuais e todas as cláusulas que regem a licitação e a execução do contrato.

Também é definido na fase interna o preço médio fixado, colhido através de pesquisa junto a outros fornecedores, através de planilhas no qual consta orçamento detalhado composto dos valores individuais de cada serviço, dos custos dos insumos e dos tributos e encargos incidentes.

O edital do pregão e a minuta do instrumento de contrato elaborados nesta fase deverão ser aprovados pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração promotora do certame, conforme estabelecidos pelo parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos: “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

Conforme dispõe a legislação, é exigido que o processo de licitação seja acompanhado pela Procuradoria ou área de apoio jurídico do órgão ou entidade, para verificação da legalidade do edital.

Segundo explica Garcia (2009), faz-se necessário que o órgão jurídico analise as minutas de edital e contrato, além de todos os atos praticados, com o objetivo de sanar eventuais falhas cometidas, evitando que a licitação seja frustrada em momento posterior.

Encerrando a fase interna, a autoridade competente designará o pregoeiro e a equipe de apoio, que atuará no procedimento para julgamento das propostas e dos documentos de habilitação. A designação do pregoeiro pode ser feita por simples portaria ou ato

administrativo interno do órgão ou entidade, documento que deverá ser juntado ao processo licitatório.

2.5 Fase Externa do Pregão

A fase externa do pregão tem início com a convocação dos interessados, através da publicação do aviso do edital, no qual a sociedade passa a ter conhecimento que a Administração Pública tem interesse de licitar determinado objeto. É na fase externa que os licitantes começam a participar do certame.

Conforme as explicações de Tolosa Filho (2009), o aviso do edital, tem que conter um resumo das principais informações como: identificação do órgão ou entidade, o objeto, a data prevista para encerramento e abertura dos envelopes, local no qual o edital poderá ser adquirido e demais informações julgadas necessárias.. Este aviso deverá ser publicado no Diário Oficial e em jornal de grande circulação.

De acordo com a modalidade de licitação é estabelecido o prazo para publicação, no caso do pregão este prazo não pode ser inferior a 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data da publicação, excluído o dia da publicação e incluído o dia do vencimento.

Com o conhecimento do edital, os licitantes têm o direito de manifestar discordância e apontar eventuais vícios, se assim entenderem de impugná-lo ou pedir esclarecimentos. Qualquer cidadão poderá, também impugnar o edital, a diferença é que o pedido deverá ser protocolado até 5 (cinco) dias úteis, enquanto que os licitantes terão este prazo até 2 (dois) dias úteis antes da abertura da licitação.

A etapa competitiva transcorre durante a sessão pública do pregão, que consiste no recebimento das propostas escritas e a documentação de habilitação obedecendo as seguintes seqüências dos procedimentos assim descritas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MPOG, (2000):

1) Credenciamento: no dia, hora e local os interessados deverão se identificar e comprovar que possuem poderes para a formulação das propostas para a participação no pregão.

2) Recebimento dos envelopes: verificadas as credenciais de todos os presentes, é declarada aberta a sessão pelo pregoeiro, neste momento é recebido os envelopes de propostas das participantes e os envelopes da documentação.

3) Abertura das propostas: após a entrega dos envelopes, serão rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e participantes. Depois de abertos será verificada se as propostas estão de acordo com os requisitos definidos no edital.

4) Classificação dos Licitantes de Melhor Oferta: o pregoeiro fará a leitura de todas as propostas, e classificará no máximo as 3 (três) melhores ofertas para a disputa de lances verbais.

5) Lances Verbais: a formulação dos lances verbais, que necessariamente devem contemplar preços de valor decrescente à propostas por escrito de menor valor. A ausência de lance verbal, não impede a continuação da sessão para a etapa de julgamento e classificação, neste caso vale as ofertas escritas.

6) Julgamento e Classificação Final: finalizada a apresentação dos lances verbais, o pregoeiro passa ao julgamento da proposta de menor preço. A proposta será então examinada em relação a sua aceitabilidade, se o valor está dentro do estimado pela administração, podendo o pregoeiro negociar se caso não for.

7) Abertura dos documentos: depois de encerrada a etapa de proposta de preço, o pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do vencedor do certame. Pregoeiro e equipe de apoio verificarão se todos os documentos apresentados estão dentro do prazo de validade e se estão de acordo com que foi solicitado no edital.

8) Habilitação: se os documentos do vencedor estiver todos dentro do que foi pedido no edital ele será declarado habilitado, caso contrário será declarado inabilitado e será examinado os documentos do segundo colocado, e assim sucessivamente até o licitante que atender as exigências de habilitação.

9) Indicação do vencedor: será declarado vencedor aquele que apresentar a proposta classificada de menor preço e que tenha sido habilitado.

10) Recursos: existindo a intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la imediatamente após declarado o vencedor, só nesse momento poderá fazer. O pregoeiro avaliará o motivo e pode aceitar o não, admitindo o recurso o licitante tem o prazo de 3 (três) dias para apresentar o recurso por escrito, que será disponibilizado aos demais participantes, que poderão apresentar as contra-razões em até 3(dias) contados do término do prazo recorrente.

11) Adjudicação e Homologação: a adjudicação do licitante, será realizado pelo pregoeiro, ao final da sessão, se não houver recursos. No caso de recursos pela autoridade

competente, depois de transcorridos os prazos. A homologação é responsabilidade da autoridade competente.

12) Registro em ata e documentação: a sessão do pregão se encerra com a leitura da ata e assinatura da mesma pelos os licitantes, pregoeiro e equipe de apoio. Todos os atos do pregão devem ser documentados para integrar o respectivo processo.

13) Sanções: a lei prevê sanções para os licitantes que não cumprirem a proposta do objeto adjudicado, bem como aquele que apresentar falsa declaração ou fraude fiscal. Também são aplicadas no descumprimento do contrato ou fraude na sua execução.

Os procedimentos e os atos praticados durante a sessão do pregão são de responsabilidades do pregoeiro e sua equipe de apoio.

2.6 Pregão Presencial

Pregão presencial é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens e serviços comuns, é realizada em sessão pública, por meio de propostas escritas e lances verbais. Na definição de Garcia (2009, p.18) “Diz-se presencial porque a disputa se dá em sessão pública que conta com a participação dos representantes das empresas”.

O processamento do pregão presencial descritas por Tolosa Filho (2009), inicia-se com a instalação da sessão pública de recebimento das propostas, pelo pregoeiro formalmente designado, onde os representantes legais das licitantes deverão identificar-se, apresentando-se como sócio, diretor da empresa ou um instrumento de procuração que lhes outorgue poderes para formulação de lances ou para manifestação de recursos.

Essa fase é denominada a fase de credenciamento e no edital devem estar previstos os documentos que serão apresentados separados dos envelopes de habilitação e comercial, pois esses envelopes não podem ser abertos antes do início da sessão pública. A falta de comprovação para representar a empresa não gera o afastamento da licitação, mas impede de lances verbais e a apresentação de recursos.

Após o credenciamento os envelopes serão entregues ao pregoeiro separados a proposta de preços e a documentação, os quais serão rubricados pelos presentes. Em seguida é abertos os envelopes das propostas comerciais de todas as empresas participantes, verifica-se a conformidade da proposta de acordo com o que foi estabelecidas pelo edital, classificam-se as 3 (três) melhores ofertas, para então iniciar a sessão de lances verbais, o pregoeiro poderá negociar diretamente com os licitantes a redução de preços.

Conforme as explicações de Garcia (2009, p.19).

“Há, no pregão, uma fase de lances verbais, na própria sessão, o que atende ao princípio da competitividade. Assim, ao contrário das demais modalidades, a proposta escrita de preços é só o início da disputa, eis que a partir dela serão ofertados lances verbais pelos próprios licitantes na sessão pública”.

Encerrada a sessão de lances verbais, a empresa classificada como a de menor preço ou seja a melhor oferta oferecida, é aberto o envelope da documentação dessa empresa, onde o pregoeiro e equipe de apoio analisam se estão todos de acordo com edital e dentro do prazo, todos os presentes na sessão podem verificar a documentação da empresa vencedora do certame. Após é lavrada a ata, se alguém tem intenção de interpor recursos, a manifestação é registrada. Contando um prazo de 3 dias úteis para a apresentação dos recursos e mais 3 dias para interpor recursos.

Para Garcia (2009, p.19), “Buscou-se, ainda, no pregão a otimização da sessão pública, com a fase de recursos sendo concentrada em apenas um momento, que é ao final da sessão quando há a declaração do vencedor do certame”.

O julgamento do pregão é de responsabilidade do pregoeiro com a ajuda da equipe de apoio que lhe dá suporte técnico-administrativo, diferente das outras modalidades que o julgamento é tarefa da comissão de licitação.

2.7 Pregão Eletrônico

O pregão eletrônico tem todos os atos praticados em um ambiente virtual viabilizado por meio do uso da Internet e de tecnologia da informação.

Na definição de Garcia (2009, p. 20 e 21):

“Pregão eletrônico é a modalidade de licitação na forma de pregão, que é feita em sessão pública a distância, usando para tanto a rede mundial de computadores (Internet) e destinando-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União”.

Conforme o relato de Tolosa Filho, 2009, o processamento do pregão na forma eletrônica foi regulamentado, em nível da União, através do Decreto nº 5.540, de 31 de maio de 2005, e atende ao disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520/2002.

Na versão eletrônica o processamento do pregão é conduzida por pregoeiro a distância, através de sistema que promova a comunicação pela internet em sessão pública.

Para Andrade, (2008, p.18), “A realização do Pregão requer uma infra-estrutura física e de equipamentos, utilização direta de Internet e dedicação exclusiva do pregoeiro”.

O credenciamento do pregão eletrônico se dá através de cadastro prévio perante o provedor do sistema eletrônico. Deve ser cadastrada a autoridade competente do órgão

promotor, o pregoeiro e equipe de apoio e os licitantes que desejam participar da licitação. Os participantes recebem uma chave de identificação com senha pessoal e intransferível para o acesso ao sistema eletrônico.

Segundo Tolosa Filho, (2009, p.81), “A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, desde que válida, sendo responsabilidade do licitante o seu uso indevido.”

O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a garantia de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

As etapas competitivas da sessão do pregão eletrônico são assim descritas por Andrade, (2008):

- 1) Abertura do edital na sessão pública na internet através chave de acesso pelo pregoeiro.
- 2) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet com sua chave e senha.
- 3) O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e classificará as que estiverem de acordo com o edital.
- 4) O sistema disponibilizará campo próprio para a comunicação entre o pregoeiro e licitantes.
- 5) O sistema automaticamente colocará em ordem as propostas classificadas pelo pregoeiro.
- 6) Classificadas as propostas o pregoeiro dará início a fase de lances.
- 7) O licitante será informado do seu recebimento e do valor consignado no registro. Poderão dar lances , observando o horário fixado e as regras do edital. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo o que for registrado primeiro. Durante a sessão os licitantes serão informados do valor do menor lance registrado, sem a identificação do licitante.
- 8) A etapa de lances será encerrada pelo pregoeiro, o sistema emite uma mensagem a todos os participantes, que a qualquer momento será encerrada automaticamente o recebimento dos lances.
- 9) Após encerramento da etapa de lances o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema uma contraposta para o participante que apresentou o melhor lance, para

negociar uma proposta mais vantajosa. Essa negociação se dá através do sistema e os demais participantes poderão acompanhar.

10) No julgamento da habilitação e das propostas o pregoeiro responsabilizará pela validade jurídica dos documentos e das propostas apresentadas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e disponibilizados a todos.

Quando a Administração Pública Federal, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, forem licitar bens e serviços comuns, realizadas através de transferências voluntárias de recursos públicos da União, será exigido que se faça pela modalidade pregão e preferencialmente pela forma eletrônica, conforme dispõe o art. 4º do Decreto 5.450/05, que regulamenta a matéria no âmbito federal.

Como enfatiza Garcia, (2009, p.21) “O pregão deverá ocorrer sempre na forma de pregão eletrônico, exceto em casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente”.

A Lei proíbe que se faça o pregão eletrônico, bem como o presencial, nas contratações de obras de engenharia, locações imobiliárias e alienações em geral e demais compras ou serviços que não estão dentro do conceito de bens e serviços comuns.

2.8 Pregoeiro e equipe de apoio

A condução do pregão como explica Silva, Ribeiro e Rodrigues (2002), será realizada por um servidor do órgão ou entidade promotora da licitação, que tenha sido designado pregoeiro. Esta designação pode ser feita por simples Portaria ou Ato Administrativo interno do órgão ou entidade, sendo de responsabilidade da autoridade competente.

Conforme relata Andrade (2008, p.5):

“A autoridade Competente designará, dentre os serviços do órgão ou entidade promotora da licitação, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio que deverá ser integrada em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação”.

Na concepção de Nóbrega (2001) a escolha e designação do pregoeiro não deve ser feita de forma aleatória, indicando qualquer servidor, pois a norma que rege esta modalidade diz que somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para desempenhar essa atribuição.

Conforme disposto no § único do art. 7º do Decreto 3555/00, “Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição”.

A capacitação específica a que se refere segundo Nóbrega (2001) é a preparação do servidor para o desempenho da função, para assim evitar desacertos na condução do procedimento e compreender as técnicas de condução do certame e de negociação.

As atribuições do pregoeiro conforme descritas por Dias (2009, p.11) são:

- a) Coordenar o procedimento licitatório;
- b) Analisar a conformidade das propostas;
- c) Classificar as propostas;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos sobre o edital;
- e) Examinar a habilitação dos participantes;
- f) Negociar com o licitante que ofereceu menor lance;
- g) Decidir sobre a aceitabilidade da proposta;
- h) Adjudicar o objeto ao vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre os recursos;
- j) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação; e
- k) Coordenar os trabalhos da equipe de apoio.

De acordo com Silva, Ribeiro e Rodrigues (2002), as atribuições do pregoeiro são executadas com a ajuda da equipe de apoio, que acompanha todo o desenvolvimento do pregão, são designados juntamente com o pregoeiro. A equipe de apoio tem que ser composta por maioria de servidores ocupantes de cargo efetivo ou de emprego na Administração Pública e preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade.

Para Tolosa Filho (2009), “Compete à equipe de apoio, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório”, ela deve ser composta equipe de no mínimo 3 (três) servidores.

Vale ressaltar que a equipe de apoio não possui atribuições que importem em julgamento ou deliberação, sendo esses atos de inteira responsabilidade do pregoeiro, embora não se pode afirmar que haja total isenção de responsabilidade quando vier a ter conhecimento de irregularidades praticadas, respondendo pela omissão constatada.

2.9 Vantagens do Pregão Presencial e Pregão Eletrônico

As principais vantagens do pregão como modalidade de licitação são assim descritas por Andrade (2008 p. 15):

- a) Agilidade nas compras: Prazo para apresentação das propostas: 08 dias úteis
- b) Procedimentos simplificados.
- c) Desburocratização: Inversão das fases do procedimento licitatório, ocorrendo a habilitação somente depois da classificação dos licitantes, sendo examinada a documentação do licitante que apresentou menor proposta de preço.
- d) Transparência: É observada em todas as etapas do pregão onde é declarado o vencedor na sessão pública após a apresentação de lances verbais, comprando o melhor pelo menor preço.
- e) Competição: Os licitantes podem comparar propostas e reduzir preços, deixando de ser a licitação uma “caixinha de surpresa” onde as suas propostas após entrega não poderiam ser mais alteradas.
- f) Ampliação de Participação: É aberta a qualquer interessado, sendo amplamente divulgada pela Internet, no sítio www.cidadecompras.com.br, Diário Oficial e em jornais.
- g) Novas Tecnologias: O pregão poderá ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada Pregão Eletrônico/comunicação pela internet, acesso pelo sistema cidade compras, permitindo a participação do licitante em qualquer região que se encontre instalado.

Conforme Niebuhr (2003) as principais vantagens do pregão são:

- a) Uma das vantagens é que o pregão independe do valor estimado do futuro contrato, tal qual as modalidades concorrência, tomada de preços e convite.
- b) Outra vantagem da modalidade pregão reside na agilidade com que a Administração consegue ultimar as licitações. E essa agilidade ocorre, sobretudo, em tributo à inversão das fases do processo licitatório, que antes são analisadas as propostas e depois os documentos de Habilitação.
- c) Outro ponto favorável ao pregão relaciona-se a economicidade, quando utiliza o pregão percebe-se uma sensível redução de preços.
- d) O pregão também minimiza a possibilidade de litígios, porquanto os licitantes dispõem de apenas uma oportunidade para interpor recursos administrativos, que

ocorre logo após a decisão do pregoeiro sobre a habilitação. Além disso, os licitantes devem estar presentes a sessão para ter esse direito.

- e) Vantagem do pregão eletrônico quanto ao presencial que por desenvolver-se através da internet, não há tanto uso de papel. As propostas e os outros atos são enviados e recebidos por meio da internet.
- f) Outra vantagem manifesta do pregão eletrônico, consiste na simplificação das atividades do pregoeiro. Isso porque é o sistema que recebe todos os lances e já os ordena.
- g) A principal vantagem do pregão eletrônico é a maior participação das pessoas, haja vista que de qualquer lugar podem participar, encurtando distâncias e ampliando as disputas.

Segundo o site do TCE do Rio Grande do Sul as principais vantagens são;

- a) Inversão das fases/ classificação e habilitação: elimina trabalhos desnecessários (habilitação dos perdedores)
- b) Celeridade/ fase externa: Publicidade 8 dias, julgamento “instantâneo” recursos.
- c) Economicidade: 25% Federal desembolso.
- d) Transparência: o licitante acompanha e discute os procedimentos

2.10 Desvantagens do Pregão Presencial e Pregão Eletrônico

As principais desvantagens do pregão eletrônico conforme mostra Dias (2009) são:

- a) Falta de preparo tecnológico dos fornecedores
- b) Dificuldade em analisar o objeto, principalmente se exigir amostras
- c) Dificuldades em analisar mais detalhada dos documentos de habilitação
- d) Necessidade de elaboração de planilhas mais detalhadas
- e) Casos em que a intervenção do pregoeiro tem que ser mais ativa
- f) Concentração de poderes somente na figura do pregoeiro, podendo representar riscos pela possibilidade de favorecimento.

Conforme o site do TCE do Rio Grande do Sul as principais desvantagens do pregão são:

- a) Necessidade de conhecimento específico sobre o objeto
- b) Risco de decisões errôneas
- c) Modalidade (presencial) imprópria para diversos objetos
- d) Tendência de morosidade na fase interna

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wlademir de Oliveira. **Curso de Formação: Pregoeiros, Pregão Eletrônico e Presencial**. Joinville: Auditório da Amunesc, 2008.

ANDRADE, Wlademir de Oliveira. **Curso de Técnicas na Elaboração de Editais de Licitação para Municípios**. Joinville: Auditório da Amunesc, 2008.

CARVALHO, Robson Correa de. **Aquisição de Bens e Serviços na Administração Pública Federal através da Modalidade Pregão**. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <http://www.vezdomestre.edu.br/monopdf/30/ROBSON%20CORR%C3%8AA%20DE%20CARVALHO.pdf> Acesso: 10 de agost. 2009.

Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso: 22 de set. 2009.

DIAS, Virginia Parreira Borges Dias, jan. 2009. **Pregão Eletrônico**. Brasília: 2009. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/20746/Preg%C3%A3o_Eletr%C3%B4nico_Virg%C3%ADnia%20Parreira.doc.pdf?sequence=1 Acesso: 25 de set. 2009

GARCIA, Flávio Amaral. **Licitações e Contratos Administrativos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

KAWANISHI, Durval Júnior; SOUSA, Luiz Carlos de; ALVES, Luiz Carlos Rodrigues Alves. **Pregão: Eletrônico e Presencial**. Disponível em: <http://www.ump.edu.br/revista/upload/PREGAO.doc>. Acesso: 3 de jul. 2009.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providencias. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso: 26 jul. 2009.

Lei nº 8.666, de junho de 1993. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília. Disponível em www.planalto.gov.br .Acesso: 26 de jul. 2009.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **As Vantagens da Modalidade Pregão**.Disponível em: http://www.mnadvocacia.com.br/assets/pdf/artigo_pregao.pdf.Acesso: 6 de agost.2 009.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Curso de Licitação Pública e Contrato Administrativo**. Florianópolis: junho de 2003.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto Rodrigues. **Desvendando o pregão eletrônico**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

SOARES, Agnelo Rocha Nogueira.**O Pregão e o Princípio da Eficiência**. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/2544>. Acesso: 11 de set..2009

TOLOSA FILHO, Benedicto de. **Pregão: uma nova modalidade de licitação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.tce.rs.gov.br/eventos/pregao/pregao_presencial.pdf:Acesso dia 24 de set.2009

_____.**Pregão: Uma Nova Modalidade de Licitação**. set. 2000. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/licitacao.pdf>. Acesso: 3 de jul. 2009.

_____.**História do Pregão**. Disponível em: http://www.e-pregoes.com.br/historia_pregao.php Acesso: 29 de jun.2009.